



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Agência de Florestas e Biodiversidade de Coromandel

Parecer nº 67/IEF/AFLOBIO COROMANDEL/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0017426/2022-54

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: **MASTER ROCHA LTDA E OUTROS** CNPJ: **01.256.027/0001-02**
Endereço: **AVENIDA DONA CLARA, 362 - SALA 05** Bairro: **CENTRO**
Município: **MONTE CARMELO** UF: **MG** CEP: **38.500-000**
Telefone: **34 99984 0410** E-mail: **terrativaconsultoria@gmail.com**

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?
() Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: **MARCELO JOSÉ PEREIRA E OUTROS** CPF/CNPJ:
Endereço: **AVENIDA DONA CLARA, 362 - SALA 05** Bairro: **CENTRO**
Município: **MONTE CARMELO** UF: **MG** CEP: **38.500-000**
Telefone: **34 99984 0410** E-mail: **terrativaconsultoria@gmail.com**

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: **FAZENDA COCAIS, LUGAR "CURIANGO"** Área Total (ha): **39,0395**
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): **6.628 e 8.499** Município/UF: **CASCALHO RICO/MG**
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): **MG-3115003-C02D.F6CC.1DC2.4D31.BD98.C651.BC88.BF52**

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (REGULARIZAÇÃO)	0,3000	hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (REGULARIZAÇÃO)	0,3000	hectares	23K	253.571	7.988.858

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Mineração		0,3000

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado			0,3000

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
lenha		9	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: **04/05/2022**

Data da vistoria: **18/11/2022**

Data de solicitação de informações complementares: **não houve**

Data do recebimento de informações complementares: **não houve**

Data de emissão do parecer técnico: **25/05/2023**

2. OBJETIVO

É objeto deste parecer analisar o requerimento para regularização de supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental em uma área de 0,3000 ha. É pretendido com a intervenção dar continuidade à atividade de mineração.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel denominado Fazenda Cocal - Lugar Curiango, possui área total de 39,0395 hectares (0,97 módulos fiscais), situa-se no Município de Cascalho Rico - MG (cobertura vegetal nativa de 19,28%), pertence a microbacia e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). Possui 1,4326 hectares de área considerada de preservação permanente em bom estado de conservação. O recurso hídrico caracteriza-se por um pequeno curso d'água sem denominação, que banha o imóvel em sua porção noroeste. No imóvel se explora a pecuária e a mineração. O bioma em que a propriedade está inserida é o CERRADO.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: **MG-3115003-C02D.F6CC.1DC2.4D31.BD98.C651.BC88.BF52**

- Área total: **39,0848** ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: **7,8324** ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: **1,3778** ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: **30,1959** ha [área de uso consolidado indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

☒ (X) A área está preservada: **7,8324** ha

☐ () A área está em recuperação: **xxxx** ha

☐ () A área deverá ser recuperada: **xxxxx** ha

- Formalização da reserva legal:

☒ (X) Proposta no CAR ☐ () Averbada ☐ () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

não se aplica.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

☒ (X) Dentro do próprio imóvel

☐ () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

☐ () Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no **CAR: MG-3115003-C02D.F6CC.1DC2.4D31.BD98.C651.BC88.BF52** apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel no dia 18/11/2022. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Requer o empreendedor a regularização da supressão de vegetação nativa sem autorização.

Taxa de Expediente: Valor R\$ 596,29 (Quinhentos e noventa e seis reais e vinte e nove centavos), quitada em 28/01/2022.

Taxa florestal: Valor R\$ 100,11 (Cem reais e onze centavos), quitada em 28/01/2022.

Taxa florestal(cobrada em dobro): Valor R\$ 126,93 (Cento e vinte e seis reais e noventa e tres centavos), quitada em 28/02/2023.

Taxa reposição florestal florestal: Valor R\$ 271,99 (Duzentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos), quitada em 28/02/2023.

Pagamento Auto de Infração : Valor: 3.172,25 (Três mil, cento e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), quitada em 27/12/2022.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Recibo 23127734

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Após consulta do polígono de intervenção à ferramenta de auxílio de tomada de decisão, (IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>), verifiquei que a área requerida não possui impedimentos que inviabilizem a autorização

da intervenção.

- Vulnerabilidade natural: Baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa (consulta ao polígono de intervenção)

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: A área de intervenção do imóvel não está inserida em área de prioridade de conservação especial/extrema, segundo estudos da Fundação Biodiversitas.

- Unidade de conservação: não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: não se aplica

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006] não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Processo de licenciamento na SUPRAM TM/AP está aguardando a regularização da intervenção para emissão do licenciamento ambiental.

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria do imóvel foi realizada em 18/11/2022 onde presenciei que a atividade de mineração está paralisada e segundo o requerente aguarda apenas a regularização da intervenção sem autorização para emissão da licença ambiental para retomar os trabalhos.

O remanescente nativo do imóvel é caracterizado por cerrado.

O restante da área de exploração está antropizada e coberta por braquiária.

Na área se explora areia e arenito para uso na construção civil e revestimento, conforme consta no documento Agência Nacional de Mineração (documento nº 45107058).

No restante do imóvel se desenvolve a pecuária leiteira.

As áreas de reserva legal e preservação permanente encontram-se em bom estado de conservação.

Saliento ainda que não existem áreas subutilizadas no interior do imóvel e o mesmo vem cumprindo sua função social.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Relevo suave ondulado.

- Solo: Predominantemente caracterizado por Latossolo Vermelho Amarelo.

- Hidrografia: O imóvel pertence a microbacia e Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (UPGRH: PN1). Possui 1,4326 hectares de área considerada de preservação permanente em bom estado de conservação. O recurso hídrico caracteriza-se por um pequeno curso d'água sem denominação, que banha o imóvel em sua porção noroeste.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O Bioma é o Cerrado e as fitofisionomias presentes no interior do imóvel se caracterizam por: Florestas, cerrado, campo cerrado e campos.

- Fauna: Predominantemente pequenas aves.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Trata-se de processo de regularização de intervenção sem autorização.

A atividade é considerada de interesse social.

Como não existe atividade no local (aguardando a regularização), entendo que a intervenção possa ser regularizada, visto que o requerente tem registro na ANM - Agência Nacional de Mineração - e em vistoria "in loco" observei a presença do material extraído.

Todas as etapas da regularização foram concluídas, desde a autuação, passando pelo pagamento do auto de infração como também o pagamento da taxa florestal cobrada em dobro e a taxa de reposição florestal. Todos os pagamentos estão devidamente protocolados nesse PA.

O empreendimento minerário que dependa de supressão de vegetação nativa fica condicionado à adoção de medida compensatória florestal que inclua a regularização fundiária e a implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme disposto no art. 75 da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e regulamentada conforme art. 62 a 77 do Decreto nº 47.749, 11 de novembro de 2019.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Proteção das áreas de preservação permanente e reserva legal cobertas com vegetação nativa existentes no entorno da atividade.

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0017426/2022-54

Requerente: MASTER ROCHAS LTDA

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de regularização de uma **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 0,3000 hectare** no imóvel rural denominado “Fazenda Cocal”, localizado no município de Cascalho Rico, matriculado sob o nº 8.499 no Cartório de Registro de Imóveis de Estrela do Sul, certidão anexa, possuindo área total de 39,0395 hectares, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **7,8324 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante, que encontra-se preservada e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a regularização de uma intervenção ocorrida anteriormente sem autorização do órgão ambiental competente, de acordo com o Parecer Técnico. As atividades desenvolvidas no imóvel são a mineração e a pecuária. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, conforme informação constante do requerimento, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a propriedade não se encontra em área considerada de prioridade extrema/especial, segundo o sistema IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

III. Conclusão:

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo na legislação ambiental em vigor e no Parecer Técnico, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à regularização de uma SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 0,3000 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas pelo técnico vistoriante, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

Observação: Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

7. CONCLUSÃO

1. Considerando que todas as medidas necessárias à regularização da intervenção foram cumpridas;
2. Considerando que a reserva legal do imóvel encontra-se preservada e o mesmo encontra-se inscrito no CAR – Cadastro Ambiental Rural;
3. Considerando que Que o valor pecuniário do auto de infração já foi recolhido;
4. Considerando que a taxa florestal cobrada em dobro e a taxa de reposição florestal foram recolhidas;

Me posiciono favorável à regularização da intervenção sem autorização do órgão ambiental em 0,3000 hectares na Fazenda Cocal - Lugar Curiango, cujo requerente é Master rochas Ltda e outros.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Apresentar cópia do protocolo de formalização da compensação florestal junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, conforme art. 75 da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013. Prazo: 90 dias após a emissão da Autorização para Intervenção Ambiental - AIA.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Jà recolhida no valor de R\$ 271,99 (duzentos e setenta e um reais e noventa e nove centavos), quitada em 28/02/2023.

10. CONDICIONANTES

Esta autorização regulariza a intervenção sem autorização em 0,3000 hectares na Fazenda Cocal - Lugar Curiango, tendo como requerente Master Rochas Ltda.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MARCOS DE SIQUEIRA NACIF JUNIOR
MASP: 1250587-1

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: ANDREI RODRIGUES PEREIRA MACHADO
MASP: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 21/07/2023, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Siqueira Nacif Junior, Servidor Público**, em 21/07/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **70138664** e o código CRC **285C2985**.